

ATA DA 143ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, realizou-se a 143ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Josué Costa Valadão (SMOBI), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (MPMG), Wesley Bambirra (SICEPOT-MG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (Floleste), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Weber Coutinho (ABES-MG), Rosilene Guedes Souza (CAU-MG) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MG).

O Conselheiro e Especialista, Rogério Siqueira, registrando o quórum, iniciou a reunião colocando em votação as atas das 136ª, 137ª, 138ª, 139ª, 140ª, 141ª e 142ª Reuniões Ordinárias do COMUSA, sendo aprovadas com 11 votos a favor e 01 abstenção.

Em seguida, o conselheiro informou o ponto de pauta da reunião: apresentação, pela Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, da revisão do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PMGIRS.

A palavra foi então repassada à Conselheira e representante da SLU, Patrícia de Castro Batista, que procedeu a apresentação. A palestrante informou que no ano de 2017 a SLU concluiu o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS e, desde então, tal documento tem sido o orientador de todas as ações da SLU. A palestrante informou, ainda, que o Plano tem periodicidade de atualização de 04 anos e que seria apresentada, então, a atualização do diagnóstico. O PMGIRS foi elaborado através de um planejamento integrado feito com a participação de várias instâncias, inclusive a sociedade civil.

O Plano foi elaborado com base no estudo populacional de 2015 e, sendo atualizado com o estudo populacional de 2020, verificou-se que a população permaneceu praticamente estagnada nesse período e a geração de resíduos sólidos domiciliares diminuiu. Acredita-se que em parte isso seja reflexo da situação econômica do país, mas que também seja resultado da melhoria da educação ambiental da população.

Estão em atualização três grandes grupos de contratos: o contrato de limpeza de vias, o contrato de coleta de resíduos sólidos e o contrato de multitarefa, que engloba outros serviços de limpeza urbana.

Em “Limpeza de Vias” estão incluídos os serviços de varrição; capina e roçada de vias; limpeza de bocas de lobo; lavagem de vias e logradouros públicos e raspagem de vias e outros logradouros. Este contrato foi muito utilizado principalmente no período da pandemia, quando foram lavadas as áreas localizadas nas imediações de postos de saúde, hospitais e os locais de maior trânsito da cidade.

Em “Coleta de Resíduos Sólidos” estão incluídos os serviços de coleta em áreas de urbanização formal, coletas seletivas e coletas em áreas de ZEIS.

Em “Outros Serviços de Limpeza Urbana” estão incluídos os serviços de limpeza de córregos; limpeza de áreas públicas e privadas; remoção de faixas, placas e cartazes; mutirões de limpeza; limpeza manual de postes, hastes e superfícies; remoção de animais mortos; limpeza de obras de arte de engenharia; remoção de pichações e limpeza de deposições clandestinas.

O custo anual do serviço de limpeza urbana em Belo Horizonte, no ano de 2019, foi apurado em R\$ 390 milhões. A título de comparação, em 2014 o custo foi de R\$ 332 milhões, ou seja, um aumento inferior a 20% em 5 anos.

O atendimento por varrição de vias abrange cerca de 97% das vias pavimentadas do Município. A varrição manual abrange cerca de 42 mil quilômetros por mês, com frequência quinzenal. A varrição mecanizada foi ampliada, sendo realizada nos corredores de tráfego, visando baratear o custo do serviço e preservar a vida humana. O serviço de capina e roçada segue o mesmo planejamento da varrição. Ambos os serviços têm como destinação final o aterro de Macaúbas.

O serviço de limpeza de bocas de lobo, troca de grelhas, manutenção e limpeza da rede passou a ser de responsabilidade da Diretoria de Manutenção da SUDECAP em 2018.

A limpeza dos córregos é um serviço de responsabilidade da SLU, para o qual há um grande empenho na execução, devido aos impactos que as inundações podem causar na cidade. Parte das inundações se

devem ao acúmulo de lixo jogado nos córregos pela população e a SLU tem mantido uma média história de limpeza dos cursos d'água visando contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população.

A SLU executa, ainda, outros serviços de limpeza urbana, sob demanda, em áreas públicas ou privadas, sendo os serviços em áreas privadas custeados pelos proprietários.

Tratando especificamente sobre a coleta de resíduos domiciliares, a composição gravimétrica dos resíduos teve significativa alteração de 2014 para 2020. Os resíduos orgânicos tiveram um aumento de 7% nesse período, enquanto os resíduos secos diminuíram ao longo do tempo e os rejeitos não tiveram alteração. A reciclagem dos resíduos orgânicos é hoje um dos maiores desafios que a SLU tem a enfrentar, pois o Brasil é um dos 10 países que mais desperdiça alimentos no mundo, correspondendo a cerca de 30% do total de alimentos produzidos, desde a produção até o consumo. Estima-se que 60% desse desperdício seja dentro dos domicílios. Isso reflete a necessidade de avanço na educação ambiental.

A coleta do resíduo porta-a-porta abrange cerca de 97% da população, sendo que os moradores que não são contemplados pelo serviço normalmente residem em locais de altas declividades em que os caminhões não conseguem passar. Nessas situações os resíduos são levados a pontos de coleta onde o caminhão consiga retirar, o que ocorre principalmente em áreas de ZEIS. Vale considerar que grande parte das vilas de Belo Horizonte contam com todos os serviços que são oferecidos à cidade formal.

Com relação à coleta seletiva, existem duas modalidades de materiais recicláveis: secos (papel, metal, plástico e vidro) e orgânicos.

Para os materiais orgânicos, a SLU foi contemplada com recursos do Fundo Municipal de Saneamento para a aquisição de caminhões de coleta de orgânicos que são levados para compostagem. Os recursos foram utilizados ainda para reforma do pátio de compostagem. A coleta de orgânicos é realizada em estabelecimentos que têm um viés comunitário ou um viés municipal como sacolões com Programa Abastecer ou grande mercados, sendo contemplados 37 estabelecimentos que geram 10 toneladas diárias de composto. Um desafio é a reciclagem do rejeito, material inorgânico, que muitas vezes vai juntamente com o orgânico coletado.

Quanto aos materiais secos, são trabalhadas duas modalidades: a coleta ponto a ponto, em que o cidadão leva o material até o ponto de coleta; e a coleta porta a porta, que é realizada nos locais de maior densidade populacional da cidade, uma vez por semana. A coleta ponto a ponto está dividida em Locais de Entrega Voluntária – LEV e os Pontos Verdes. Vale ressaltar que os contêineres de coleta ponto a ponto foram adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Saneamento.

Os Locais de Entrega Voluntária – LEVs ainda apresentam muitos problemas, pois muitas vezes a população descarta os resíduos de maneira errada e prejudica o serviço. Além disso, são registradas muitas ocorrências de vandalismo nos contêineres.

Sobre os pontos verdes, tem-se atualmente um total de 40 instalados na cidade, onde a coleta é realizada de maneira automatizada, com os caminhões coletores laterais. Com a aquisição de novos caminhões, espera-se espalhar essa modalidade por todas as regionais, pois o serviço está concentrado no vetor Norte. Com o aumento da demanda por material reciclado, o desemprego que levou a reciclagem a ser alternativa de vida de várias pessoas na cidade, passaram a ocorrer vandalismos nos contêineres de pontos verdes, principalmente pelo catador avulso, o que tem onerado a manutenção do serviço no Município.

Por outro lado, a coleta porta a porta é considerada um case de sucesso. A execução desse serviço pelas cooperativas que foram contratadas ocasionou um aumento no número de bairros atendidos de 34 para 45 bairros em todas as regionais do Município. A SLU reformou e cedeu 6 caminhões para as cooperativas por meio de contratação com dispensa de licitação e está adquirindo, com recurso do Fundo Municipal de Saneamento, mais 6 novos caminhões para serem cedidos.

Outra consideração importante é a transferência da triagem dos resíduos recicláveis para a Área de Triagem e Transbordo - ATT Macaúbas, onde são recebidos os materiais recicláveis, os materiais coletados nas URPV's e o material da coleta de deposição clandestina mecanizada.

Vale ressaltar que será necessário equacionar, em breve, a questão dos catadores individuais e das cooperativas que têm sido prejudicadas, no tocante à coleta do material de valor, que tem sido levado pelos catadores individuais, restando aos cooperados apenas o rejeito e o vidro. A ideia é que o programa de coleta seletiva pública municipal seja operado, com total prioridade pelos catadores organizados em cooperativas.

Outra estrutura de apoio muito importante para a limpeza pública são as 34 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes que estão espalhadas pela cidade. Estas recebem um volume de entulho de poda e elementos volumosos, como móveis e eletrodomésticos defeituosos, muito representativo. O cidadão pode

levar até 1m³ de material por dia nesses locais. Recentemente foram reformadas, com recurso do Fundo Municipal de Saneamento, 24 URPVs e outras 04 unidades estão em reforma. O horário de funcionamento das Unidades foi ampliado, com atendimento todos os dias da semana de 7 às 17horas. A URPV também é um case de grande sucesso, pois tira de circulação cerca de 150 mil toneladas de material que poderia ser depositado de maneira clandestina. É um investimento do Município que vale muito a pena.

A SLU opera, ainda, as Estações de Reciclagem de Entulho - ERE que são de grande importância para o reaproveitamento do resíduo de construção civil. As estações reciclam os resíduos depositados em caçambas, compostos por alvenaria e concreto. Esse entulho é moído e depois é reaproveitado, normalmente em obras da própria Prefeitura, como base e sub-base de pavimento ou material de aterro. A capacidade de processamento é de 80 toneladas por hora.

Outro progresso verificado após 2017 foi o uso da antiga estação de reciclagem de entulho do Estoril, que foi fechada pelo Ministério Público, como Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental – CMAR. O espaço destina-se, principalmente, à educação ambiental relacionada a orgânicos. Esse equipamento foi muito bem recebido pela população do entorno e tem sido muito visitado por agricultores urbanos de toda a cidade.

Na área de saúde, encerrou-se a célula de resíduos de saúde que funcionava na CTRS BR-040. Além disso, ampliou-se a informatização, agilizando a aprovação dos Planos de Gerenciamento dos Resíduos de Saúde.

Para finalizar, a palestrante abordou a questão dos resíduos de logística reversa, que são aqueles de responsabilidade da própria cadeia geradora. Um dos grandes problemas enfrentados nessa área, por exemplo, são as garrafas individuais de cerveja em que não se vê qualquer atitude dos fabricantes de coletar e reinserir essas embalagens na cadeia produtiva. Outro exemplo são os medicamentos vencidos, que não se vê a disponibilidade dos laboratórios em coletar e dar destinação a esse resíduo. Felizmente verifica-se o caso de sucesso nessa área que são as latinhas de alumínio que, pelo valor agregado, não geram problemas ao serviço de coleta de resíduos.

Encerrada a apresentação, franqueou-se a palavra aos presentes.

O Conselheiro e especialista Rogério Siqueira lembrou dos painéis solares que estão sendo implantados no país em larga escala, enfatizando a necessidade de se programar o descarte desse material cuja vida útil é de aproximadamente 25 anos. Sugeriu, ainda, investimento em tecnologias para tratamento dos dados e lembrou do orçamento destinado à coleta seletiva e da necessidade de constante ampliação do setor.

O Conselheiro e representante do CREA-MG, Cláudio Cançado]

abordou o ganho de eficiência na troca dos LEV's por pontos verdes. Questionou ainda sobre os investimentos em educação ambiental.

Em resposta, a conselheira Patrícia Batista explicou que reconhece a importância dos programas de educação ambiental, mas que os recursos são escassos e que tais programas devem ser priorizados a médio prazo. Quanto aos pontos verdes, espera-se que a substituição seja finalizada no próximo ano com a aquisição de novos caminhões para operar os pontos verdes.

O Conselheiro e representante das associações de bairros, Fabiano Alvares enfatizou a necessidade de ampliar constantemente o serviço de coleta seletiva.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.